

# Proposta de Resolução

## Prioridades de uso de recursos hídricos

CTIL/CNRH  
12 e 13/04/2018

## Conteúdo

- Histórico
- Avaliação da aplicabilidade da minuta de resolução
- Circunstâncias e consequências
- Esclarecimentos
- Proposta de encaminhamento

## Histórico – Reunião CNRH

- Ofício nº 292/2016-SEE-MME (28/11/2016).
  - Solicita ao CNRH avaliar e conceituar, por meio de câmaras técnicas, a **aplicabilidade** das prioridades para outorga de uso de recursos hídricos, como conteúdo mínimo do Plano de Recursos Hídricos.

## Histórico – Reunião CNRH

- Proposta de **moção** apresentada na 36ª Reunião Ordinária do CNRH (7/12/2016)
  - Recomenda aos comitês de bacias hidrográficas que suspendam as atividades relativas a definição, deliberação ou aplicação de priorização para outorga de direito de uso de recursos hídricos, até que o CNRH estabeleça diretrizes para o tema.
  - Posição da ANA: é fundamental que os comitês definam nos seus planos quais são as prioridades de uso e como serão aplicadas.
- A proposta de moção foi rejeitada, com o encaminhamento de que o assunto seja discutido nas Câmaras Técnicas competentes (CTPNRH e CTPOAR).

## Histórico – Reunião CNRH

- Conclusão: a minuta de Resolução **atende parcialmente** ao que foi demandado pelo CNRH
  - Não traz os mecanismos de aplicação das prioridades de uso o que pode gerar interpretações não uniformes para a aplicação

## Avaliação da aplicabilidade da minuta de resolução

- A minuta de Resolução contempla os 5 dispositivos da Lei nº 9.433/97 que têm relação com o tema?
  - Art. 1º, Inciso III (dos fundamentos)
    - “Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais”
  - Art. 7º, Inciso VIII (conteúdo mínimo dos PRH)
    - “Prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos”
  - “Art. 13 Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e ...”

## Avaliação da aplicabilidade da minuta de resolução

- “Art. 15 A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensão parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, nas seguintes circunstâncias:

...

- III - necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas;

...

Situações de escassez

- V - necessidade de se atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas”

Excepcionalidade

## Avaliação da aplicabilidade da minuta de resolução

A minuta de Resolução contempla os 5 dispositivos da Lei nº 9.433/97 que têm relação com o tema?

- **Não.** Contempla apenas o art. 7º, Inciso VIII (conteúdo mínimo dos PRH)



## O que falta?

**Circunstâncias e consequências  
da aplicação das prioridades de uso**

## Circunstâncias e consequências da aplicação das prioridades de uso

- Da leitura da Lei nº 9.433/97, as prioridades de uso restringirão os direitos de uso de recursos hídricos em duas circunstâncias:
  - A. Calamidades / situações climáticas adversas (escassez hídrica):
    - Quando as vazões existentes no corpo hídrico são insuficientes para suprir os usos outorgados
      - Restrição temporária dos quantitativos outorgados de forma proporcional à prioridade de uso atribuída – não há alteração dos atos de outorga

**Atenção!** Essas restrições devem proporcionar o uso múltiplo das águas (Art. 1º, Inciso IV).

“A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas”

## Circunstâncias e consequências da aplicação das prioridades de uso

- Da leitura da Lei nº 9.433/97, as prioridades para outorga restringirão os direitos de uso de recursos hídricos em duas circunstâncias:
  - B. Esgotamento dos limites outorgáveis:
    - Aplicável aos usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas
      - Suspensão parcial ou total, em definitivo ou por prazo determinado, de outorgas existentes (Art. 15) – resultará em alteração dos atos de outorga

## Esclarecimento 1

Não há previsão na Lei nº 9.433/1997 de condicionamento de outorgas futuras em função de prioridades de uso

Dessa forma, a minuta de resolução em análise traz dispositivo que não encontra respaldo na Lei

Art. 3º, §2º: “As prioridades para outorga passam a vigorar na data de aprovação do plano e aplicam-se às outorgas que forem concedidas a partir dessa data”.

## Esclarecimento 2

As prioridades de uso não podem ser confundidas com as prioridades para emissão de outorga definidas no Art. 13 da Resolução CNRH 16/2001

- Interesse público
- Data de protocolo do requerimento

## Perguntas finais

- A minuta de resolução fornece aos CBHs elementos necessários e suficientes para avaliação das consequências da aplicação das prioridades de uso?
- A minuta de resolução fornece aos órgãos gestores elementos necessários e suficientes para aplicação das prioridades de uso?

## Proposta:

- Retorno da minuta de resolução às câmaras técnicas com vistas a acrescentar um capítulo sobre mecanismos de aplicação das prioridades

# Grato pela atenção!

**Luciano Meneses**  
Coordenador de Outorga

**lmeneses@ana.gov.br | (+55) (61) 2109 –5270**

**[www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br)**



**[www.twitter.com/anagovbr](http://www.twitter.com/anagovbr)**

The Facebook logo, consisting of the word "facebook" in white lowercase letters on a dark blue rectangular background.

**[www.facebook.com/anagovbr](http://www.facebook.com/anagovbr)**



**[www.youtube.com/anagovbr](http://www.youtube.com/anagovbr)**